

A Bíblia, a Bota e o Boi: a presença protestante na colonização do Médio Rio Doce

Por Jaider Batista da Silva*

Resumo:

O presente ensaio tenta fazer um inventário elementar de acontecimentos que ocorreram no Médio Rio Doce, os quais foram alinhavados ao propósito de colonização. Tal inventário tem por intento servir de pano de fundo para a compreensão da diferença que essa região constitui em Minas Gerais, ao não apresentar um grupo religioso hegemônico, devido à ausência de imigrantes protestantes, sendo as igrejas evangélicas locais o resultado do protestantismo de missão. Mediante a ausência de investigações sobre o assunto e inspirado pelo historiador Bronislaw Gemerek, que mostra ser possível tomar a literatura como história social, o autor remete-se a literatura (romanceada ou autobiográfica) para entender o processo de colonização da região**.

Palavras-chave:

Religião - Protestantismo de Missão - Região do Médio Rio Doce - Colonização

Introdução

Entende-se como Médio Rio Doce a área do Estado de Minas Gerais que vai da foz do Rio Piracicaba à foz do Rio Manhuaçu ou da cidade de Ipatinga à de Aimorés, formando um ângulo de 90 graus em Governador Valadares. Imemorialmente habitada pelos Borum (denominados índios Botocudos pelos colonizadores, hoje são conhecidos como Krenak) a região foi colonizada já no século XX. A memória do desmatamento, da matança dos índios, da mineração, da implantação do latifúndio e da violência armada contra os pobres está muito viva.

* Doutorando em Teologia, na área de História, no Instituto Ecumênico de Pós-Graduação da Escola Superior de Teologia, em São Leopoldo, RS.

** O Resumo e as Palavras-chave foram elaborados por um dos integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisa do Protestantismo com recortes do texto apresentado.

Por todos os lados, ainda é possível encontrar testemunhas oculares dos fatos ocorridos.

Para uma área próxima à cidade de Resplendor, voltam, agora, de exílios diversos, os remanescentes dos Borum, exprimindo contra todas as possibilidades, o que Pierre Clastres definia como traço constitutivo das sociedades que recusam o Estado: sua vontade deliberada de permanecer nó indiviso¹. Já por 30 anos acontece, nesta região, depopulação e há migrações desordenadas para qualquer lugar, marcadamente para Rondônia e para os Estados Unidos e, atualmente, para Portugal. Fora dos núcleos urbanos principais, jagunços e coronéis constituem referência de autoridade até hoje e a prática policial pauta-se, ainda, pelo princípio de que “pau só não conserta garrafa”.

Mesmo acautelado pela assertiva de Paul Veyne, de que “não se pode fotografar a sociedade como se faz com uma paisagem”², ousou tentar fazer um elementar inventário de acontecimentos que, tendo lugar no Médio Rio Doce, ao longo de quase um século e meio, tiveram de alinhavá-los ao propósito de colonização. Tal inventário tem por intento servir de pano de fundo para a compreensão da diferença que essa região constitui em Minas Gerais, ao não apresentar grupo religioso hegemônico.

A não-conformação de hegemonia religiosa determina, inclusive, a configuração urbana de Governador Valadares, cidade-pólo, e de outras sob sua influência, nas quais o centro não é definido a partir da igreja matriz. Nessas cidades, o centro é cívico, com os prédios de referência para a totalidade dos cidadãos: a Prefeitura, a Câmara de Vereadores, o Fórum, os Correios e, em alguns casos, um banco e um hotel. As igrejas, importantes, sem dúvida, pelo número de indivíduos que a elas declaram pertença, são encontradas à margem do tal centro cívico.

¹ CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: Ensaio de Antropologia Política*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

² VEYNE, Paul. *O inventário da diferenças*. Lisboa: Gradiva, 1989.

Conhecida, decerto com exageros, como a capital evangélica do Brasil, Governador Valadares, cidade de 63 anos e 250 mil habitantes, tem, desde a sua fundação, presença eqüitativa de católicos e evangélicos. Nos nomes das ruas e das praças, na composição da Câmara de Vereadores, na visibilidade dos templos e das escolas confessionais, nas colunas sociais e nos casos de polícia, o equilíbrio pode ser constatado. Tal situação se destaca principalmente por não ter o Médio Rio Doce recebido imigrantes protestantes, sendo as igrejas evangélicas locais resultado do protestantismo de missão.

A relação estatística de equilíbrio não resulta, no entanto, em convívio respeitoso, nem em organizações e iniciativas ecumênicas ou, ao menos, de cooperação em favor de causas sociais. O que se constata é a existência de uma diocese católica conservadora, mas ativa, reservada ou indiferente à grande massa de evangélicos fragmentada em mais de 600 comunidades de perfil marcadamente anticatólico.

Ciente da ausência de investigações acerca desse fenômeno e não dispondo das condições de acesso e consulta a documentos testemunhais, remeti-me à literatura, pouca e rara, romanceada ou de autobiografia, considerando-a fonte para entendimento do processo de colonização, animado pela obra do historiador Bronislaw Gemerek que, em seu recente livro “Os Filhos de Caim”, mostra ser possível tomar a literatura como história social.

Assumo o risco, apontado por M. Foucault em seus ensaios de história, de cair no que ele define como ideologia: “estilo nobre e vago, próprio a se idealizar as práticas sob pretexto de descrevê-las”³. Faço-o, no entanto, pela percepção de que, no vazio entre os fatos percebidos, há outros fatos que, em nosso saber, nem são imaginados. No caso, o contorno que seria dissimulado por uma investigação que organizasse os acontecimentos de forma periodizada e apenas factual é o da

³ VEYNE, Paul. *Foucault revoluciona a História*. Brasília: UnB, [s.d.].

conformação de um modelo que presumo estar se repetindo nas frentes de colonização que se abriram no país após os experimentos do Rio Doce, como é atestado no caso de Rondônia. Lá, como aqui, o maior percentual de população evangélica e a ausência de grupos hegemônicos não resultam em tolerância e diálogo respeitoso. Hegemônicas parecem ser a intolerância, a concorrência e a predisposição autoritária.

Ainda é M. Foucault que nos vem alertar que a consciência não tem como função fazer-nos apreender o mundo, mas permitir que nos dirijamos neste mundo. Uma pena que eu não encontre, no momento, mais adequada tradução que a de Arnaldo Jabor para a crueza do cotidiano na modernidade em que, segundo ele, “a consciência do problema não traz problemas de consciência” (Folha de S. Paulo 06/06/95).

Da reserva estratégica à catequese civilista

É lugar comum nos relatos dos viajantes do século XIX a referência ao Rio Doce como região “infestada” por botocudos antropófagos que faziam audaciosos ataques a qualquer incursão de estranhos. Falam da viabilidade da navegação no Rio Doce para pequenos vapores e de uma companhia inglesa que se propunha a explorar o trajeto entre o litoral e Minas Gerais. Kidder⁴ constata a variedade de peixes, e Saint-Hilaire⁵ descreve a espessa floresta, compacta a ponto de impedir a ação do sol, e as febres, o impaludismo, ameaçadores em qualquer época do ano. A tal informação acerca da antropofagia dos nativos do lugar é reproduzida dos documentos oficiais do Império, mas não comprovada pelos viajantes e estudiosos. É

⁴ KIDDER, Daniel P. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*. São Paulo: Edusp, [s.d.].

⁵ SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

de se lembrar que a informação foi propagada no bojo de uma campanha oficial para manter o Rio Doce como “área proibida”.

Durante o século XVIII, severas leis proibiam as incursões e a mineração nas terras do Rio Doce. Através dessas leis, a Coroa Portuguesa fez da região uma reserva estratégica de terras, madeiras nobres e, presumivelmente, minerais. Servia também de cinturão de proteção das zonas de exploração do ouro, em Minas, impedindo o tráfico para o litoral do Espírito Santo⁶. Tal reserva foi efetivada após a falência das Capitânicas que visavam sua exploração: do Espírito Santo, de Ilhéus e de Porto Seguro⁷. Caio Prado Júnior, em seu livro “Formação do Brasil Contemporâneo” sugere que essa reserva serviu de refúgio para numerosas tribos indígenas do litoral, que não aceitaram se submeter ao domínio dos colonizadores.

Em 1808, com a chegada da Corte Portuguesa ao Rio, fugindo das tropas de Napoleão, Dom João VI elaborou três decretos que incentivaram e legitimaram quaisquer ataques aos povos indígenas do Rio Doce, genericamente denominados “botocudos” nos documentos oficiais. O fato é que Dom João VI chegava com alguns milhares de pessoas e as terras da Coroa mais próximas do Rio de Janeiro eram as do Rio Doce. Os decretos orientavam para a militarização da área, a captura e a escravização de indígenas, a implantação de aldeamentos para catequese religiosa dos que não oferecessem resistência e a doação de sesmarias nas terras conquistadas. Listaram, ainda, justificativas para ações violentas contra os indígenas⁸.

Do lado de Minas Gerais, os quartéis eram construções simples, próximos às cachoeiras dos rios e chegaram a quase 30; no Espírito Santo, quase 40 e no sul da Bahia, seis. Por atrair índios famintos e doentes, e colonos amedrontados, serviram de entreposto de mercadorias e, às vezes, oferecerem serviços religiosos, muitos

⁶ MELLO E SOUZA, Laura de. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

⁷ CAMBRAIA, Ricardo de Bastos e MENDES, Fábio Maria. Escravismo. *Revista do Departamento de História da UFMG*. Belo Horizonte, jun. 1988, p. 137-150.

⁸ SOARES, Geralda Chaves. *Os Borum do Watu: Os índios do Rio Doce*. Contagem: Cedefes, 1992.

destes quartéis e presídios transformaram-se, pouco a pouco, em vilas e cidades. Muitos colonos, e mesmo militares, eram criminosos de outras partes do país enviados para cumprir suas penas como civilizadores da região⁹. No entanto, a abertura do Rio Doce ocorreu durante a crise da mineração do ouro no centro de Minas Gerais e muitos aventureiros buscaram no Vale pedras preciosas e ouro de aluvião. Havia muitas lendas acerca da abundância de tais riquezas no Rio Doce, até então desconhecido.

Relatórios de inspeções das Divisões Militares de Minas Gerais indicam que, durante todo o século XIX, a deserção de soldados e o abandono das terras recebidas pelos colonos eram em alto número no Vale do Rio Doce. Saint-Hilaire considerou tais terras uma isca oferecida pelo governo para que massas humanas abandonassem os centros urbanos. Lamentou a destruição das matas e a barbárie da ausência de leis, como conseqüências mais imediatas deste processo.

Com todo o empreendimento do Estado, o século XX chegou sem que nenhuma povoação significativa de colonos tivesse se estabelecido no Médio Rio Doce. Os povoados de Santo Antônio da Figueira (hoje Governador Valadares) e da Natividade (hoje Aimorés) reuniam 30 ou 40 casas. Pocrane, fundada em 1870, só em 1930 alcançou as 60 casas¹⁰. É, de fato, no século XX que a colonização aconteceu. No século XIX, foram criadas algumas condições, foram feitos ensaios.

Após a formação, por decreto real, da Junta Militar de Civilização, Colonização e Comércio do Rio Doce, em 1808, a única voz dissonante, no massacre dos índios da região, foi a de Guido Marliére. Aventureiro monarquista francês, teve problemas com as autoridades brasileiras logo que chegou, em 1811, mas logo foi ganhando reconhecimento por sua disciplina e seus princípios de defesa da

⁹ PARAÍSO, Maria Hilda. *Repensando a política indigenista para os Botocudos no século XIX*. Tese de Mestrado, UFBA. E ainda, MARCATO, Sônia de Almeida. Repressão contra os Botocudos em Minas Gerais. *Boletim do Museu do Índio*, n. 01, maio, 1979.

¹⁰ DURÇO, Jonathas G. de Oliveira. *Pocrane: da saga dos Botocudos ao nascimento de um arraial*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1989.

civilização contra a brutalidade dos militares e funcionários do governo, na cabeceira do Rio Doce¹¹.

Marlière tornou-se responsável pela catequese dos índios no Vale do Rio Doce. Era catequese civil, de integração dos índios na sociedade nacional, sem serem destroçados. Em caso de catequese religiosa, como ordenava o decreto real, solicitava padres estrangeiros, pois, segundo ele, os padres mineiros tinham aversão aos índios. Recebeu, em seu período, muitos visitantes e pesquisadores estrangeiros, que deixaram os registros mais antigos sobre os índios e o processo de colonização. Suas anotações acerca dos aldeamentos indígenas, sempre anexos aos quartéis, indicam que eles eram habitados por 300 a 1000 pessoas, cada um.

Os visitantes do século passado denunciavam na Europa os maus-tratos afligidos aos indígenas e tanto o príncipe Maximiliano de Newied quanto Saint-Hilaire coincidem na denúncia da guerra bacteriológica de então: os colonos doavam aos índios roupas com vírus da varíola. Também denunciavam a embriaguez e a fragilidade dos índios frente a tudo isso. Em uma carta a Saint-Hilaire, Marlière agradece a defesa que ele fazia dos índios e, em outra, escreve que em treze anos de reclamos a sucessivos governos, só recebeu evasivas e que nenhum matador de índios tinha sido punido; não se castigava a opressão e nenhum palmo de terra tinha sido restituído aos índios.

Marlière morreu no interior de Minas, em 1836, mas em 1829 já havia abandonado seus compromissos com o governo. Por mais polêmica que tenha sido sua atuação, é consenso nos registros históricos, que três anos após seu desligamento do trabalho, não havia mais aldeamentos de índios no Rio Doce. Tinham sido destroçados ou abandonados, com acelerado extermínio dos seus moradores¹².

¹¹ SEKY, Lucy. Notas para a História dos Botocudos (Borum). *Boletim do Museu do Índio*, n. 04, jun. 1992.

¹² SOARES, 1992.

Vitimados por represálias, traições e pestes, os remanescentes dos botocudos, denominados Krenak, foram agrupados, em 1911, pelo SPI - Serviço de Proteção ao Índio, numa área a 16 km da atual cidade de Resplendor, rio acima. Posteriormente, também os remanescentes do Espírito Santo foram enviados para a mesma área. Tudo leva a crer, no entanto, que a maioria dos sobreviventes se dispersou, pois são comuns os relatos dos colonos mais antigos acerca dos índios sem rumo e em bandos, que estavam por todas as estradas do Vale, até 1940.

O SPI demarcou, nesta época, a área Krenak, com quase quatro mil hectares de terras servidas por rios e córregos, com muita fertilidade. A urbanização da região e o surgimento do latifúndio fizeram que políticos e fazendeiros vissem como absurda a presença de índios ali. Além disso, o SPI construiu um reformatório-prisão para índios, de diversos lugares do país, acusados de crimes.

O reformatório foi erguido dentro da aldeia e homens Krenak foram agrupados em uma guarnição da Polícia para repressão de outros índios. A convivência forçada com diversas línguas e culturas e a morte de quase todos os homens dissolveram ainda mais os laços de coletividade¹³. Fica por entender o quanto os métodos de Marlière assemelham-se aos da proposta do Mal. Cândido Mariano Rondon, um século depois. Ambos têm origem militar, fazem campanhas civilistas junto aos índios e opõem-se à conquista a ferro e fogo das terras ocupadas pelos índios. No entanto, os resultados não são menos decepcionantes. Talvez o argumento economicista já tivesse alcançado a supremacia que a tudo justifica.

A intolerância como manutenção da ordem

A partir de 1904, no Médio Rio Doce, desenvolveram-se vários povoados, acompanhando os trilhos da Estrada de Ferro Vitória-a-Minas. A construção da

¹³ CAMBRAIA; MENDES, 1988.

estrada enfrentou resistência dos índios Krenak, que já tinham sido enfraquecidos pela guerra declarada e efetivada no século anterior. Acerca disso há relatos do engenheiro Ceciliano Abel de Almeida no Museu da Cia. Vale do Rio Doce e na Fundação que leva o nome dele¹⁴. No entanto, a maior barreira para a estrada foram as febres e a malária. Era comum se dizer que “cada dormente da estrada correspondia a uma sepultura dos que a construíram”. No livro “Um advogado aí pelos sertões”¹⁵, o autor, Waldemar Pequeno, conta que a situação chegou a tal ponto que o colonos que vinham para o Rio Doce, tendo oportunidade de obter terras, não aceitavam trabalho na estrada-de-ferro, nem por bom salário. Conta, ainda, que foi necessário aliciar nordestinos, fustigados pela seca, para que as obras prosseguissem.

Faltavam infra-estrutura e condições sanitárias. Até o período da 2ª Guerra, não havia, nos povoados e nas cidades do Médio Rio Doce, tratamento de água e de esgotos. A maioria da população sequer usava filtros. Era comum tirar água do Rio Doce ou de seus afluentes e deixá-la em repouso de um dia para outro, quando, então, se apresentava clara, pura e boa para beber¹⁶.

Uma cultura política de intolerância e de mandonismo prevaleceu por todo o período de colonização e deixou seqüelas na organização social e nas disposições pessoais. Na quase totalidade, os municípios só foram emancipados a partir de 1930. Apenas Aimorés emancipou-se antes, para assegurar as divisas, contestadas pelo Espírito Santo.

Assim, os primeiros mandatos dos prefeitos não passaram pelo crivo das eleições. Eram interventores indicados pelo Governador de Minas, por sua vez, indicado por Getúlio Vargas. Além de toda a tradição de desmandos durante a colonização, os novos municípios tomaram forma em meio a uma ditadura.

¹⁴ AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS: Microrregião VIII - Rio Doce. Belo Horizonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, 1993.

¹⁵ PEQUENO, Waldemar. *Um advogado aí pelos sertões*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1996. Ou ainda, do mesmo autor: *Ouro do Cuieté e outras histórias*. Belo Horizonte: Mantiqueira, 1954.

¹⁶ PEQUENO, 1996 e ainda PEQUENO, 1954.

Nas décadas de 30 e 40, a madeira-de-lei do Rio Doce tornou-se conhecida em todo o mundo. Peroba, Jequitibá, Sucupira, Braúna, Ipê, Cerejeira e outras espécies lotaram as serrarias, que proliferaram em todos os cantos e constituíram a base econômica das cidades nascentes. A mica, como isolante essencial, antes da invenção do sintético, foi muito explorada na época da 2ª Guerra, empregando significativos contingentes femininos na sua classificação e seleção.

O coronelismo, legitimado por Artur Bernardes, se enraizou neste berço político sem eleição¹⁷. Em toda a região, alguns coronéis e capitães mantiveram, e até hoje têm, seu filão de controle político e econômico. Em Governador Valadares, por exemplo, o capitão Pedro e o coronel Altino Machado se tornaram figuras quase lendárias.

Após a extração da madeira e da mica acirrou-se a disputa pelas terras. Neste contexto, os antigos colonos (que tinham a posse, mas não o título da propriedade das terras) ficaram extremamente vulneráveis diante da força e das informações privilegiadas dos coronéis e dos grileiros protegidos pelos coronéis. Grileiros e coronéis redirecionaram o desenvolvimento da região para o latifúndio, necessário à pecuária extensiva. Em momento nenhum a agricultura, que muitos pensaram ser a vocação primeira do Vale, chegou a ser predominante. As pastagens logo tomaram conta até mesmo das margens do Rio Doce.

Algumas expressões populares denotam os rumos da política na região: “política é porrete”, ou “pancada quebra osso, mas não quebra opinião”. Por mais que os partidos alterassem seus nomes nacionalmente, no Médio Rio Doce continuavam mantendo nomes estranhos como “corta goela”, “catetu” ou “capivara”. A ação policial ensinava que “pau só não conserta garrafa” e que “em boca fechada não entram moscas”.

¹⁷ JANOTTI, Maria de Lourdes M. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

A intimidação, fantasiada de prudência, apontava o Rio Doce como cemitério de presos indesejados, que lá eram lançados com pedras amarradas no pescoço ou nos pés. Qualquer contrariedade feita a um coronel era tomada como “coçar a barba da morte” e nos ajustes de contas dos coronéis era comum se dizer do adversário assassinado em tocaia, que “morreu de raiva no caminho”¹⁸.

Firmava-se, como regra, a violência do crime de mando, aplicado, então, nos conflitos de terra. Comumente, os jagunços estavam em postos importantes da polícia ou eram colaboradores dela. O livro “Nas terras do rio sem dono” relata que, popularmente, se explicava que tal crime estava relacionado a três barras: barra de córrego, barra de saia e barra de ouro, ou seja, à terra, à mulher e ao dinheiro¹⁹.

A intolerância era aplicada a tudo o que era popular. Enquanto nunca se firmou um claro predomínio católico na região, pois protestantes e católicos chegaram juntos e ainda cediam espaço ao kardecismo e à maçonaria (assumida como religião no imaginário popular), era clara a indisposição e a perseguição ao pemba, uma mistura de rituais cristãos, africanos e indígenas: a umbanda regional. Era bem aceito que as forças policiais se divertissem atacando os terreiros e centros de pemba. Dizia-se então que “pancada em espírito não dói”.

Fragmentação do espaço religioso e apropriação conservadora da modernidade

A população evangélica de Governador Valadares e do Médio Rio Doce está fragmentada em denominações diversas e concorrentes, mas guarda em comum o anticatolicismo e uma tendência a se auto-identificar por negação: são os que não fazem isso, aquilo nem aquilo outro, no geral, negando traços da cultura e

¹⁸ LACERDA, Imaim C. *Rio Doce*. Vitória: Ed. da Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1980. E ainda: LOBATO, Manoel. *Garrucha 44*. Rio de Janeiro: Elos, 1961.

¹⁹ OLAVO, Carlos. *Nas terras do rio sem dono*. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.

comportamentos que consideram “católicos”. A fragmentação não impede que os evangélicos tenham forte visibilidade social e que, de maneira difusa, sejam, em número de declarantes e em participação, de igual força que os católicos romanos.

É possível que a falta de uma identidade afirmativa dos evangélicos no Médio Rio Doce passe pela falta da experiência de individuação, muito cara ao protestantismo. No protestantismo de missão, tal experiência era marcada, notadamente, pela conversão do indivíduo adulto²⁰.

No entanto, apoiada na estrutura fundiária da época, acrítica e legitimadora da situação, a expansão evangélica na região foi muito dependente dos “fazendeiros evangélicos”. Para eles, em vez da conversão, de cunho marcadamente moral, é mais provável que ocorresse, a considerar relatos de memória oral, a ruptura com as inconveniências do catolicismo romano: a disputa de mando com outros fazendeiros dentro da mesma igreja, a esmola, a doação de gado para leilão e quermesses, a hospedagem do padre, a construção de capelas, o patrocínio de festas religiosas, etc.

Numa região em que engenheiros e técnicos estadunidenses construíram a estrada-de-ferro, introduziram o tratamento de água, dominavam a extração e o beneficiamento da mica e da madeira-de-lei, as práticas católicas tendiam a serem catalogadas como “atrasadas” e tudo o que fosse estrangeiro, tomado também como sinônimo de evangélico, era “moderno”. Como paradoxo, os fazendeiros evangélicos mantinham a estrutura fundiária, as relações de autoridade e as práticas agrícolas “atrasadas” e, ao mesmo tempo, gabavam-se de terem introduzido na região “a bíblia, a bota e o boi”.

Enquanto o pobre, ao se tornar evangélico, assumia novos compromissos, como o dízimo, a construção de templos e mudanças de hábitos, os fazendeiros se livravam de obrigações sociais antigas. Contavam com a complacência dos pastores,

²⁰ SOARES, 1992.

que não os recriminavam por maus-feitos, por serem “gente importante, graúda, que dá nome à igreja” e não lhes cobravam dízimo, a não ser do leite. Vantajosamente, os fazendeiros evangélicos passavam a ter domínio da doutrina ao voto sobre uma comunidade inteira. Assim, para cada congregação evangélica rural havia apenas um fazendeiro. As denominações evangélicas, nos povoados rurais, são até hoje conhecidas como “igreja dos fulanos”, “igrejas dos beltranos”, em referência às famílias dos fazendeiros abrigadas em cada uma delas. Não havia importância em designações como batista, metodista, presbiteriana, adventista ou cristã evangélica. Assim, entre os pobres, agregados dos fazendeiros, não havia diferenciação confessional ou denominacional. Afirmavam-se genericamente “crentes”, fossem presbiterianos ou pentecostais.

A falta de uma identidade positiva, a ausência de padrões diferenciadores nas relações de autoridade, o não-surgimento do indivíduo autônomo parecem indicar a força e a fraqueza da fé evangélica no Médio Rio Doce. É forte e visível a ponto de determinar a concepção urbanística das cidades e definir eleições municipais e frágil a ponto de não conseguir firmar-se a não ser pela intolerância, pela negação do outro que é perturbadoramente parecido.